

PMDB não deixa cair eleição em 2 turnos

O PMDB faz questão de manter no texto constitucional os dois turnos para as eleições. Essa foi a única decisão tomada ontem à tarde, após um almoço na residência do presidente do PMDB, da Câmara, da Constituinte e interino da República, deputado Ulysses Guimarães. Pretendendo manter tudo o que foi aprovado por acordos de lideranças, os peemedebistas também ficaram sabendo que as votações em segundo turno provavelmente só iniciam no dia 26 de julho.

A reunião-almoço foi preparada pelo Cerimonial do Palácio do Planalto que, curiosamente, esqueceu de colocar na lista de ilustres convidados o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral. Provavelmente esse esquecimento tenha obrigado Cabral a quebrar o protocolo, comparecendo sem convite e saindo logo depois da reunião.

De resto, Ulysses juntou em sua casa o líder do seu partido no Senado, Ronan Tito; o líder na Câmara, Ibsen Pinheiro e o líder na Constituinte, deputado Nelson Jobim. O relator auxiliar, José Fogaça, fazia parte do rol, com o primeiro vice-líder da Câmara, Genebaldo Correia e o novo primeiro vice na Constituinte, senador Nelson Carneiro. E como as discussões naturalmente giraram em torno da área social, lá estava o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Ao final do encontro, que durou mais de três horas, o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, acabou confessando que não havia fechado acordo sobre nenhum dos temas, especificamente: "o PMDB pretende manter basicamente tudo o que foi aprovado no esforço dos acordos e até por isso defende a manutenção do segundo turno para as eleições em todo o País".

Já o líder na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro revelou que "o meu trabalho e também o do líder no Senado, Ronan Tito, é muito mais de auxiliar as defesas do partido, do que propriamente se envolver nas questões da Constituinte". Por isso, Ibsen preferiu dizer apenas que "o PMDB continua defendendo o texto, naquilo que ele tem de mais avançado, especialmente nos seus conteúdos sociais".

Ibsen Pinheiro foi mais longe ao afirmar que a posição do seu partido é defender o texto votado em primeiro turno. Ele che-

gou a arriscar o que chamou de visão pessoal: "Eu tenho a impressão que o segundo turno melhorará o texto, em possíveis erros materiais, mas, pelo que tenho ouvido dentro do partido, a intenção é mantê-lo o mais próximo do que já foi aprovado".

ULYSSES

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães não se aprofundou no que foi discutido durante o almoço de ontem. Ele preferiu falar das questões técnicas, mesmo sem ser muito elucidativo. Perguntado sobre o adiamento do início das votações, primeiro disse que "não tenho a intenção de dilatar quaisquer dos prazos, nem do relator, nem da apresentação de emendas e nem do início das votações". Depois, acabou admitindo que essa dilatação poderá ocorrer naturalmente.

Ulysses justificou que "o prazo para a apresentação das emendas termina na segunda-feira à meia-noite. Contávamos com a publicação na terça, mas certamente a gráfica só conseguirá entregar esse trabalho na quarta. Conseqüentemente o trabalho do relator Bernardo Cabral só deve começar a contar a partir de quinta-feira e, portanto, dois dias depois do que prevíamos inicialmente", concluiu o presidente.

Não foi Ulysses quem revelou os dados mais precisos discutidos na reunião. Saindo bem antes dos demais convidados, o relator auxiliar senador José Fogaça contou que "o mais provável é que as votações só se iniciem no dia 26 de julho, porque praticamente todos os prazos serão cumpridos, mas com atraso".

Depois, Fogaça acabou contando, também, que o deputado Bernardo Cabral teria — durante o almoço — feito uma solicitação formal de dilatação de prazos, aceita por Ulysses Guimarães, para separar por assunto, todas as emendas que forem apresentadas. E exatamente essa dilatação de prazos que fez com que, pelos cálculos de Fogaça, a votação propriamente dita, só inicie no dia 26 de julho.

O MENU

Depois de três horas e meia de reunião, os caciques peemedebistas disseram muito pouco. As estratégias para negociar o

segundo turno foram acertadas durante o encontro. Estranhamente, o relator Bernardo Cabral só esteve na reunião durante poucos minutos. Antes do final, também saiu o relator auxiliar, José Fogaça, alegando que precisava pegar um voo urgente para o Rio de Janeiro.

Os demais líderes preferiram manter o silêncio sobre os detalhes tratados no encontro. A missão didática de justificar as decisões — que acabaram não anunciadas — ficou com o líder na Constituinte, Nelson Jobim. Este, por sua vez, optou por falar pouco, evitando dividir muito as atenções da imprensa com o anfitrião que, afinal de contas, era o Presidente da República.

As reuniões realizadas pelos líderes, depois que eles voltaram ao Congresso, ontem à tarde, revelaram alguma preocupação. Mesmo assim, nenhum deles pareceu preocupado demais com algum impasse. Ao menos o almoço parece ter sido dos melhores. Mesmo com um assunto indigesto, ao final, o grupo de resistência do PMDB mostrava confiança na manutenção dos seus interesses, quando a votação chegar efetivamente ao segundo turno.

MUDANÇAS

Se o PMDB parece tão despreocupado com a próxima fase de votações, com o seu presidente as coisas não parecem tão tranquilas. Fontes ligadas ao deputado Ulysses Guimarães garantem que em todas as reuniões que vêm mantendo, seja com os líderes, seja com outros parlamentares, ele vêm demonstrando o desejo de manter em torno de si, todas negociações do segundo turno.

Com isso, Ulysses estaria praticamente anulando os poderes de Nelson Jobim, herdados de Mário Covas que emigrou para o PSDB. Nem Ulysses, nem qualquer dos seus líderes confirma a constatação. Mesmo assim, a série de reuniões que ele vem realizando parecem mostrar que é exatamente isso que deseja o chefe político da maioria.

E, quando mais não seja, basta dar uma pequena interpretação às palavras do líder na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, ao ser perguntado sobre quando o PMDB se reuniria para discutir novamente o assunto do segundo turno. Ele respondeu que "todos os dias, não tenho acontecido outra coisa".

Ulysses dedica mais tempo a seu partido

"Os tucanos que se cuidem. A luta do PSDB por um espaço não será fácil". A advertência é de um peemedebista íntimo do presidente Ulysses Guimarães. E, a julgar pelo projeto do PMDB, que tenta recuperar o tempo perdido, recompondo seu perfil de um partido progressista, mais para esquerda, este político está coberto de razão. Na convenção nacional, marcada para o dia 21 de agosto o partido elegerá seus novos órgãos diretores — o diretório nacional e a executiva nacional. Se for mantida a tradição, como sempre ocorre nos períodos de crise, o PMDB abrirá espaço para sua ala progressista. Em consequência, os históricos ocuparão os principais postos de comando do Partido.

Foi na costura de um imenso trabalho de recomposição do partido que o presidente Ulysses Guimarães dedicou a maior parte do tempo em que esteve substituindo o presidente José Sarney. Mais de 154 audiências ele concedeu a parlamentares, governadores, prefeitos neste período, embora algumas dessas tenham sido para receber empresários e dirigentes de entidades. "Não foi um trabalho

fácil, mas o dr. Ulysses foi magistral: já fixou, após consultas, a espinha dorsal do novo PMDB e consolidou uma posição de consenso que resultara na apresentação de uma chapa única na convenção" revelou a fonte.

Com base nas revelações deste político, já agora quando a Assembleia Nacional Constituinte inicia o segundo turno da votação, o PMDB dará uma demonstração da nova postura que assumirá: vai lutar com todas as suas forças para que os avanços inegavelmente obtidos no projeto da Constituinte não sejam torpedeados pelas forças conservadoras que já se armam — usando de todos os meios para suprimir as conquistas sociais, políticas e econômicas.

Quanto à reformulação do programa partidário, a mesma fonte disse que pelas declarações do presidente Ulysses Guimarães e das mais expressivas lideranças do PMDB, não há dúvida de que o novo programa seguirá uma linha progressista de esquerda. O novo programa do PMDB será enxuto em sua redação e seus pontos centrais objetivarão garantir o cumprimento dos avanços da futura Constituição.

Centrão tem 43 pontos a mudar

Durante este final de semana o Centrão, grupo que reúne 220 parlamentares de vários partidos, concluirá o conjunto de emendas supressivas ao projeto de Constituição aprovado no primeiro turno da votação. O Centrão já selecionou 43 pontos que tentará eliminar no segundo turno, mas para conseguir esta façanha terá, necessariamente que contar com um reforço adicional de 60 constituintes.

Só no capítulo dos Direitos Sociais o Centrão pretende suprimir 12 pontos: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço como um princípio constitucional; a jornada de seis horas para o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, o pagamento de um terço do salário do trabalhador por ocasião das férias; licença paternidade, a proporcionalidade do aviso prévio ao tempo de serviço, sendo no mínimo de

30 dias e a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo permanente e o trabalhador avulso.

O Centrão vai tentar eliminar a estabilidade do empregado sindicalizado até um ano após o final do mandato, caso seja eleito inclusive como suplente, retirar a obrigatoriedade de os sindicatos participarem das negociações coletivas, e acabar com o voto facultativo para os menores de 16 anos. Entre as emendas que serão apresentadas pelo grupo existe um elenco que retira da União a competência de legislar sobre rodovias federais, organizar o abastecimento alimentar, e da União, dos Estados e do Distrito Federal a competência no que se refere à produção e consumo, inclusive sua propaganda comercial.

A exploração direta com ex-

clusividade de distribuição dos serviços de gás canalizado por empresa estatal deverá ser retirado do projeto de constituição, segundo a vontade do Centrão bem como o direito de greve dos servidores públicos civis, nos limites definidos em lei complementar.

O Centrão não apresentará emenda supressiva ao artigo que concede licença de 120 dias às gestantes, nem a qualquer artigo referente à reforma agrária. Mas lutará com todas as forças, segundo um representante do grupo, para suprimir o imposto sobre grandes fortunas, retirar do artigo 200 — que define o que é empresa brasileira de capital nacional — a expressão "e o exercício, de direito, do poder decisório para gerir suas atividades". Isto porque, este requisito impediria a formação de joint-ventures."